

O congresso da união internacional dos produtores e distribuidores de energia eléctrica — UNIPEDE

JOSÉ CORRÊA FIGUEIRA

Chefe de Serviços da Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve — CEAL — Empresa Nacionalizada

O próximo Congresso da União Internacional dos Produtores e Distribuidores de Energia Eléctrica — UNIPEDE — terá lugar, em Viena, no mês de Maio.

O tema aglutinante do Congresso será, certamente, o da energia nuclear que, no contexto actual, é um meio seguro e apto de produzir, nas melhores condições económicas, grandes quantidades de electricidade.

A energia — e em particular a energia eléctrica — tem uma importância fundamental na vida moderna e, por isso, é imprescindível que dela se disponha em quantidades suficientes para fazer face não só às necessidades actuais, como também às do futuro. Entre as diferentes fontes de energia, a Europa deve explorar aquelas que lhe oferecem as melhores oportunidades de aumentar a produtividade da sua indústria e de aumentar o nível médio das suas populações, fazendo, simultaneamente, progredir a qualidade de vida, protegendo o respectivo meio ambiente. Por outro lado, é necessário que a Europa seja próspera e se mantenha sólida no domínio energético, para poder levar uma ajuda eficaz ao Terceiro Mundo.

Nos últimos anos, a Europa preocupou-se, antes do mais, em gerir cautelosamente os seus recursos energéticos e em reduzir a sua dependência exterior, tendo obtido resultados interessantes no domínio da utilização racional da energia e na luta contra o desperdício. No entanto, as poupanças assim alcançadas são fracas, comparadas com as necessidades crescentes de energia.

O recurso à hidroelectricidade mostra-se limitado quanto à produção de energia, embora estejam rasgados novos horizontes para a sua utilização na cobertura de pontas. O petróleo não só sofreu um aumento considerável de preço, como as suas reservas se vão esgotando progressivamente e a extracção do carvão na Europa é cada vez mais difícil.

As técnicas relativas ao aproveitamento e à aplicação das energias renováveis, como sejam as direc-

tamente provenientes do Sol, do vento, das marés, das vagas, encontram-se muito atrasadas, não permitindo que contribuam, com significado, nos tempos mais próximos, para a satisfação das necessidades crescentes de energia.

Nestas circunstâncias, tudo indica que a Europa terá de desenvolver a produção de electricidade a partir de centrais nucleares. Acresce que a Europa já possui uma experiência notável, em matéria de construção e exploração de tais centrais, a ponto de podermos afirmar que a indústria está em condições de se lançar abertamente nesta via de produção de electricidade.

Assim, a Europa ou opta pela via nuclear para produzir a energia eléctrica que precisa ou terá dificuldade em satisfazer as necessidades que, neste campo, crescem continuamente e que constituem a razão vital da sua existência na senda do progresso económico e social.

Nesta ordem de ideias, a UNIPEDE e os seus membros terão de debruçar-se sobre os problemas que são as consequências próprias duma opção nuclear e, por isso, irão aprofundar e esclarecer aspectos técnicos e económicos e duma maneira, muito especial, os aspectos que preocupam o público. Entre estes deverão ser objecto de atenta reflexão as vantagens que a opção nuclear oferece à solução dos problemas do ambiente, as garantias de segurança na exploração da energia nuclear, o transporte dos combustíveis nucleares, o controlo integral da irradiação nuclear e o armazenamento e tratamento dos resíduos nucleares.

Espera-se, desta forma, obter conclusões tendentes ao aperfeiçoamento da segurança nuclear, eliminando riscos ou reduzindo-os a uma escala, sem significado pernicioso para a humanidade.

Os resultados alcançados, neste domínio, deverão constituir matéria de informação sistemática a transmitir ao público pela indústria e pelas entidades oficiais responsáveis, usando-se, para esse efeito, os meios da comunicação social adequadas.

E, o espírito que há-de presidir à difusão deste esclarecimento tem de ser um espírito de verdade e de exactidão, guiado exclusivamente pelo interesse geral dos cidadãos e das comunidades ■

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1976